

» Entrevista | MICHAEL STEWART | ANALISTA POLÍTICO

Para especialista, desafio de Kamala Harris é engajar eleitores democratas e ganhar o voto dos indecisos na disputa presidencial

“Eleição tende a ser apertada”

» ANA DUBEUX
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Para o cientista político Michael Andrés López Stewart, da Arko Advice, a eleição norte-americana ganhou frescor com a entrada da vice-presidente Kamala Harris. A chegada da democrata torna a corrida para a Casa Branca ainda mais emblemática. Mas, na contagem de votos, a disputa permanece complicada, em razão de um eleitorado “calcificado” nos Estados Unidos. Na avaliação do especialista, Kamala pode ganhar projeção em temas como o aborto legal, mas enfrentará dificuldade de avançar entre norte-americanos conservadores. A escolha do candidato a vice para a campanha democrata, para Stewart, pode representar uma vitória nos estados pêndulo, que costumam definir as eleições norte-americanas. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

A substituição de Biden por Kamala, por si só, é fator decisivo para a vitória democrata?

A sensação é de que a mudança deu um embalo na campanha e oxigenou o partido. Kamala é uma oradora acima da média e pode trazer um dinamismo que vai contrastar com os 78 anos de Trump, que, após a saída de Biden, se tornou o candidato mais velho da história do país. Kamala pode ganhar, mas Biden também tinha chances de vitória. A lógica de eleições presidenciais majoritárias torna difícil de enxergar a lógica calcificada do partidário negativo, que é o elemento definitivo das eleições presidenciais americanas.

Sendo mulher, Kamala teria mais vantagens no debate com Trump do que Biden?

Não. Ela teria vantagem pela oratória, algo que ela demonstrou inúmeras vezes no Senado, inclusive em trechos de vídeos que estão viralizando nesses últimos dias. Trump foi muito bem nos debates contra a Hillary porque não se intimidou e foi para o ataque. Não tenho dúvida de que, caso aceite debater com Kamala, ele tentará utilizar a mesma estratégia. Mas quem já viu Kamala no Senado sabe que não seria um embate unilateral.

Reprodução/Arko Advice



O mais importante é ressaltar a calcificação do eleitorado. Mesmo com estes dois acontecimentos históricos (atentado a Trump e desistência de Biden), o impacto nos dados, nos fundamentos da eleição, é menor do que imaginamos.”

O fato de ela ser uma descendente direta de dois imigrantes não afasta Kamala do eleitorado conservador?

O eleitorado conservador já não está com ela, assim como não estava com Biden. As mudanças demográficas das últimas décadas alteraram o panorama étnico-demográfico, o que tem, por exemplo, motivado o partido republicano a limitar a adesão e o comparecimento de novos eleitores. Kamala tem que buscar o apoio dos eleitores democratas e da maior parcela possível da já minúscula porção do eleitorado que está indefinido. O sucesso dependerá mais da motivação de militantes, que ajudam a aumentar o comparecimento (*turnout*) do que tentar apelar para um eleitorado conservador. Dito

isso, um dos argumentos a favor de um vice-presidente como o senador Mark Kelly seria sua capacidade de balancear a percepção refletida nesta pergunta.

Qual a explicação para a extraordinária captação de recursos de Kamala em tão poucos dias?

Tem a ver com o “timing”, com o momento do anúncio. Durante semanas, a pressão foi aumentando, e Biden resistiu. Vimos vários momentos de gafes, momentos em que o mundo inteiro estava de olho no presidente norte-americano. Com o anúncio da saída e o imediato apoio a Kamala, foi como abrir uma panela de pressão. A sensação da campanha mudou imediatamente e os democratas mais

engajados fizeram o seu papel e contribuíram. Houve uma mudança total de narrativa e a mídia, que estivera focada quase exclusivamente em Trump e no atentado, passou para um novo foco, a Kamala Harris.

Isso significa algum tipo de apoio e vontade do establishment em derrotar Trump?

Não. Existe sim um temor sobre algumas políticas e decisões que já foram ventiladas por Trump e fazem parte da plataforma conhecida como Project 2025, uma espécie de codificação do trumpismo que, na opinião de diversos analistas, poderia trazer significativos riscos à democracia americana. Não podemos esquecer que o ataque ao

Capitólio em 6 de janeiro ocorreu enquanto o plenário estava em sessão, e a multidão foi até o local imediatamente após um discurso de Trump. Tampouco podemos esquecer que Trump tem apoiadores de renome no mundo empresarial. Dois exemplos são Elon Musk (que ainda é dono do Twitter) e Ben Horowitz, da Andressen Horowitz. A captação de Kamala reflete o engajamento dos democratas, que historicamente têm conseguido levantar recursos significativos de doadores pequenos desde a campanha de Barack Obama em 2008.

Qual a diferença de pensamento entre Biden e Harris?

Existem várias diferenças, muitas vezes não em relação a contradições de visão, mas em pesos para certos assuntos. Um assunto que rendeu frutos eleitorais importantes para o partido nas eleições de midterm foi o tema dos direitos de aborto, no contexto pós-reversão, em 2022, do Roe v. Wade (decisão que permitiu o aborto legal nos EUA) pela Suprema Corte. Kamala Harris tem lutado pelos direitos das mulheres durante toda sua carreira. Ela fez isso como advogada geral da Califórnia e continuou como senadora. Na corrida eleitoral, este é um assunto que pode trazer benefícios para o partido democrata junto ao segmento de mulheres entre 18-49 anos, por exemplo.

Em quais outros temas se nota uma diferença de ênfase?

Biden e Kamala têm muitos pontos em comum, como o comprometimento com a mudança climática e o tema dos *student loans* (financiamento estudantis). Mas outros pontos de diferença são: Harris tem demonstrado maior apoio ou empatia com a Palestina na questão do conflito em Gaza. Outro tema importante é a inteligência artificial. Kamala apoia a regulamentação federal, enquanto Biden é a favor de standards para o setor de adesão voluntária. Essa preocupação com a IA está em linha com o histórico de atuação trabalhista, de direitos civis e de proteção do consumidor de Kamala.

Qual o fator mais decisivo na corrida eleitoral: o atentado

poucas exceções à proibição no Brasil, é parte central das bandeiras da extrema-direita em nosso país. Sem dúvida estão embalados no avanço dos conservadores norte-americanos sobre o tema”, observa a parlamentar.

Para a deputada, a discussão do tema vai avançar muito na campanha eleitoral norte-americana. “A compreensão do aborto como direito nos EUA é muito mais avançada que no Brasil. Acredito que Kamala aposte nesse tema como um elemento de forte mobilização nacional das mulheres e como um tema democrático de amplo respaldo”, afirmou Bomfim ao **Correio**.

“Já no Brasil, a proibição faz o tema ser tabu. A maioria dos políticos tem receio de abordar o tema, pela pressão de lideranças religiosas. Acredito que o PL 1.904 (que equipara quem aborta a homicida) tenha evidenciado que há uma maioria social que é contra retroceder nos casos previstos em lei, mas o aborto legal irrestrito ainda é um tema tabu que lutamos para fazer avançar”, completou a parlamentar.

Para Jolúzia Batista, articuladora política do Cfêmea (Centro Feminista de Estudo e Assessoria), Kamala Harris trata da questão do aborto com “certo conforto e desenvoltura” e disposta a fazer esse debate de forma franca. E diz que, no Brasil, a própria esquerda, teoricamente mais avançada que a direita para levar adiante o debate, se esquivava.

a Trump ou a desistência de Biden?

O mais importante aqui é ressaltar a calcificação do eleitorado. Mesmo com estes dois acontecimentos históricos (atentado a Trump e desistência de Biden), o impacto nos dados, nos fundamentos da eleição, é menor do que imaginamos. Tudo será decidido por parcelas pequenas de eleitores em estados-chave como Pensilvânia, Wisconsin e Michigan, entre outros.

Como avalia a situação dos swing states (estados pêndulo) com a chegada de Kamala?

Ainda é cedo para avaliar os impactos específicos em swing states. As pesquisas nesta distância da eleição tendem a refletir dinâmicas que não necessariamente se concretizam durante a eleição. A questão do *turnout* (comparecimento) é central para resultados, algo muito difícil de mensurar nesta altura do campeonato. O ponto central é que o eleitorado americano está muito calcificado. O percentual de eleitores que estão dispostos a mudar de lado, ou que não tem um lado definido, é muito pequeno. Por isso, a eleição tende a ser apertada, mesmo com essas grandes mudanças das últimas semanas.

Pode haver alguma surpresa nesses estados?

Um elemento que pode trazer um impacto direto em swing state será a escolha do VP de Kamala. Se Kamala escolher um governador ou senador de um estado importante, este político pode trazer um impacto importante. Dentre os possíveis escolhidos temos o Senador Mark Kelly no Arizona, que tem uma biografia muito interessante, é casado com a deputada Gabrielle Giffords, vítima de atentado em Tucson em 2011, mas apoiador da segunda emenda e do porte de armas. O Governador da Carolina do Norte, Roy Cooper, tem um longo histórico de atuação no estado. Ele obteve seis pontos a mais que o Biden no estado em 2020. A governadora Gretchen Whitmer, em Michigan, poderia trazer os 15 votos eleitorais (*electoral votes*) do estado para a Kamala, ainda que existam outras considerações estratégicas em relação a uma possível nomeação dela.

Kamala expõe debate sobre aborto nos EUA e no Brasil

» EVANDRO ÉBOLI

Jim WATSON / AFP

**Kamala Harris: defesa veemente do aborto legal após recuo determinado pela Suprema Corte nos EUA**

Aborto, assunto debatido abertamente na campanha eleitoral norte-americana e priorizado pela pré-candidata democrata Kamala Harris, é tratado em outro patamar no Brasil, cujo tema é tabu e visto como um risco político para quem fizer uma manifestação mais ousada na adoção de políticas nesse sentido.

O **Correio** ouviu especialistas, ativistas e uma parlamentar sobre o assunto e buscou comparar como o tema é tratado no país. Em junho, a Câmara dos Deputados esteve prestes a votar um projeto que equipara a mulher que aborta a uma criminosa. Nos Estados Unidos, uma postulante a ocupar a Casa Branca trata o assunto sem rodeios e numa posição não punitiva e acolhedora.

Uma das idealizadoras da campanha Nem presa nem morta por aborto, Laura Molinari lembra que o aborto, até a decisão recente da Suprema Corte norte-americana, foi um direito assegurado por quase 50 anos. “Foram 50 anos que permitiram os estados a desenvolverem políticas públicas de saúde e de cuidados de atenção ao aborto”, observa. “Esse período permitiu que a sociedade civil e a academia produzissem informações para tratar o aborto não num lugar permeado por estigma e tabu, como ocorre no Brasil, onde a criminalização e a restrição são realidades”, acrescenta.

No Brasil, a Câmara dos Deputados chegou a pautar proposta do deputado e pastor Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) que equiparou a homicídio uma mulher fazer um aborto após a 22ª semana de gravidez. A pressão da sociedade, contudo, barrou a votação do texto. Pesquisas entre a população demonstraram discordância

da maioria com esse projeto do parlamentar fluminense.

Molinari diz que nos Estados Unidos e no Brasil há estratégias semelhantes contrárias ao aborto. E cita como exemplo aprovação de leis estaduais. “No Texas, tem a lei que obriga a gestante a ouvir o batimento cardíaco do feto antes de realizar um aborto

legal. No Brasil, em Goiás, foi aprovada uma lei nesse sentido. Ou seja, existem propostas políticas dos grupos antiabortos, lá e aqui, muito parecidas”, acredita.

Filiada ao PSol, a deputada Samia Bomfim (SP) vê uma orquestração da direita com reflexos no Brasil. “Não à toa, negar o direito ao aborto, ou retroceder nas

“No Brasil, é um debate político que a esquerda se recusa a fazer ou protagonizar. E, sempre que aparece no processo eleitoral, ou a esquerda tenta ir pela tangente ou jogar o assunto para debaixo do tapete. Ou acaba respondendo a provocações de candidaturas que vem do campo conservador, de extrema-direita, fundamentalista e reacionário. Mas o Brasil vive um momento interessante de dar uma virada, vide exemplo da derrubada do projeto que criminaliza quem aborta”, afirmou Jolúzia Batista.

Referência no tema, a antropóloga Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília (UnB), concorda que há dificuldade no debate eleitoral sobre o aborto no Brasil e falou como esse assunto é abordado nos Estados Unidos, também envolto na questão religiosa.

“Nos Estados Unidos, a questão da justiça reprodutiva, dos direitos reprodutivos e do aborto vêm sendo uma tentativa recente de uma colonização, de uma apropriação da política anglicana, sobretudo na Suprema Corte. E a história da política não tinha tão fortemente, ao menos na questão do aborto, um atravessamento religioso, um atravessamento evangélico. E, agora, o renascimento católico que os Estados Unidos estão vivendo”, afirma Debora Diniz.

Leia mais sobre aborto na página 7